

TRIBUTÁRIA

Mercadante e Jucá apresentam pontos consensuais da reforma



Márcia Kallume

■ Prorrogação da CPMF e aumento do Fundo de Participação dos Municípios estão entre as medidas anunciadas

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, e o relator da reforma tributária, Romero Jucá, anunciaram ontem pontos em torno dos quais há acordo para votação da reforma tributária. Antes, os dois senadores se reuniram por mais de duas horas com representantes do PSDB, Tasso Jereissati, e do PFL, Rodolpho Tourinho.

ACORDO Jucá e Mercadante querem a implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional, com investimentos de mais de R\$ 2 bi, já em 2004

Páginas 4 e 5

Cristovam expõe nova avaliação do ensino superior

A proposta de criação do Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, em audiência na Comissão de Educação. Destinado a avaliar os cursos universitários, o mecanismo foi debatido pelos senadores.



Waldemir Rodrigues

Página 7

AUDIÊNCIA Cristovam, observado por Osmar Dias, Hélio Costa e Luiz Otávio, fala na comissão



Emenda paralela tem reunião decisiva hoje

Tião Viana e Renan Calheiros anunciaram reunião com líderes partidários, às 9h30, para tratar da proposta.

Página 3

Agenda



Senado tem sessão deliberativa às 14h30

O Plenário vota hoje, às 14h30, em segundo turno, proposta que cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União (PEC nº 39/01). Também serão realizadas a última sessão de discussão, em primeiro turno, da reforma tributária (PEC nº 74/03), e a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do projeto da Comissão Mista de Segurança Pública que trata de organizações criminosas e cumprimento de pena de seus líderes (PLS nº 118/02).

Sarney recebe parlamentar da República Tcheca

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 9h30, de uma reunião com líderes

partidários da Casa; às 12h, ele recebe a visita do presidente do Senado da República Tcheca,

Petr Pithart. Às 16h, Sarney preside os trabalhos legislativos do Plenário da Casa.

Transgênicos e política de biossegurança em debate

As Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam reunião conjunta, às 10h, para discutir a política de biossegurança e a questão dos transgênicos. O encontro conta com a presença dos pesquisadores da Embrapa, Elíbio Rech, e do Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer, Luiz Fernando Lima Reis; e do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Carvalho, entre outros.



Orçamento impositivo na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouve, às 9h30, os secretários do Orçamento Fiscal, João Bernardo Bringel; do Tesouro Nacional,

Joaquim Levy; e da Receita Federal, Jorge Rachid, para instruir proposta sobre orçamento impositivo (PECs nºs 77/99, 22/00, 28/00 e 24/03). Às 10h,

o colegiado vota, entre outros, proposta que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo (PLS nº 292/99).



CPI da Exploração Sexual ouve deputado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual ouve hoje, às 10h, o depoimento do deputado Camilo de Lellis Figueiredo. No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para retomar a pauta da reunião marcada para ontem, que foi suspensa. Serão votados projetos de crédito para os ministérios, avisos do TCU e requerimentos solicitando audiências públicas.

Indicação para diretor da ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, após a ordem do dia, para analisar, entre outros, mensagem da Presidência da República indicando o nome de Fausto Pereira dos Santos para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador que trata dos planos de saúde.

Isenção de vistos no Mercosul

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), após a ordem do dia, serão votados mensagem indicando o nome de Carlos Augusto Neves para embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Geórgia e da Belarus e projeto (PDL 761/03) que aprova o texto do acordo para isenção de vistos entre países do Mercosul.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Aprovada indenização para vítimas de Alcântara

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que estabelece o pagamento pela União de indenização aos dependentes legais dos 21 servidores do Programa Espacial Brasileiro mortos na explosão do foguete VLS-1, em agosto deste ano, na Base de Alcântara, no Maranhão (PLC nº 78/03). O pagamento será feito em parcela única e em valor equivalente à remuneração fixa de cada funcionário, multiplicado pelo número de anos que faltariam para o servidor completar 65 anos.

O montante por família não

poderá ser inferior a R\$ 100 mil e as importâncias pagas serão descontadas de qualquer indenização que a União venha a desembolsar em razão do acidente. Também serão beneficiados pelo projeto, que segue para sanção presidencial, os dependentes do subtenente do Exército Alcir José Tomasi, morto em serviço em junho de 2003.

O mesmo texto legal estabelece o pagamento de bolsa-educação especial aos dependentes menores das vítimas, no valor mensal de R\$ 400, corrigidos anualmente.

Projeto que muda cobrança do ISS será votado hoje

A pedido do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o Plenário adiou para hoje a votação do projeto de lei da Câmara (PLC nº 70/02) que tramita em conjunto com o projeto de lei do Senado (PLS nº 400/03) alterando a lista de atividades atingidas pelo Imposto Sobre Serviços (ISS). Segundo Jucá, a complexidade da matéria e o grande número de emendas apresentadas pelos parlamentares exigem mais tempo para sua deliberação.

Grande número de emendas exigiu maior tempo para decisão do Plenário

gráficos àqueles prestados ao consumidor final.

O projeto da Câmara, ainda segundo Jucá, prevê a solução para conflito entre estados, municípios e contribuintes, em relação à possibilidade de o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

ser cobrado de empresas que utilizam material das indústrias gráficas como insumo em seus produtos. A incidência do ICMS recairá apenas sobre

os serviços gráficos que forem destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização. Dessa forma, esclarece Jucá, o projeto evita a cumulatividade nessa tributação.

Já o PLS 400, que institui o Imposto Sobre Serviços de Qualidade Natureza (ISSQN), foi considerado prejudicado por Romero Jucá.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), e o do PSDB, Arthur Virgílio (AM), saudaram a decisão de Jucá, que, para eles, favorece a negociação. De acordo com o relator, o projeto da Câmara corrige erro que permaneceu na Lei Complementar nº 116/03, restringindo a tributação de ISS dos serviços

Pesar pela morte de fundador do Diário de Natal

O Plenário aprovou requerimento de pesar de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pela morte, na segunda-feira, do jornalista potiguar Waldemar de Araújo, acometido de pneumonia aos 93 anos. Um dos fundadores e primeiro diretor-geral do *Diário de Natal*, Waldemar Araújo trabalhou também nos jornais *Tribuna do Norte* e *A República*.

Garibaldi também parabenizou o jornalista político Villas-Bôas Corrêa, do *Jornal do Brasil*, que completou 80 anos ontem.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellano
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Capiberibe rejeita redução da maioria penal

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou-se contrário à redução da maioria penal para 16, e até menos, conforme propostas em tramitação. Para ele, a diminuição da idade apenas fará com que os traficantes de drogas passem a recrutar jovens ainda mais novos.

Capiberibe afirmou que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um ótimo código de conduta da sociedade em relação aos jovens. Ele atribuiu os problemas das casas de correção de menores em grandes cidades à má gestão dessas instituições, aliada a uma gestão sem criatividade.

O parlamentar citou como exemplo de boa administração o Centro de Educação Aninga, no Amapá, que, com um gasto de R\$ 1.200 por adolescente/



Waldemir Rodrigues

QUALIDADE Capiberibe afirma que estatuto é ótimo código de conduta dos adolescentes

mês, fornece educação formal e oficinas de artes plásticas, dança e teatro, bem como esportes. A taxa de reincidência de egressos do Aninga é de apenas 9%, disse.

– Se podemos fazer isso no Amapá, um dos estados mais pobres do país, é possível repetir a experiência em qualquer outro estado brasileiro.

Segundo João Capiberibe, o Aninga já recebeu prêmios do Fundo para Infância e Adolescência das Nações Unidas (Unicef) e da Fundação Getúlio Vargas.



Rosenvelt Pinheiro

EXALTAÇÃO Ideli interpretou trechos de alguns clássicos da música popular brasileira

Ideli canta na tribuna em homenagem ao samba

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem, da tribuna, o Dia Nacional do Samba. Em vez de um discurso convencional, mesclou ao texto le-

tras de clássicos do samba, que interpretou à capela, ou seja, sem acompanhamento instrumental.

Assistiram à homenagem representantes de escolas de samba de Florianópolis e o cantor Negoinho da Beija Flor. Ideli começou entoando versos de *A Voz do Morro*, de Zé Ketti, e prosseguiu com *Na Baixa do Sapateiro*, de Ary Barroso. Explicou que Ary visitou Salvador num dia 2 de dezembro, nascendo daí a ideia da data dedicada ao samba.

Ela interpretou ainda trechos de *Pelo Telefone*, o primeiro samba gravado, na voz de Donga; *Samba de Uma Nota Só*, de Tom Jobim e Newton Mendonça; *Chiclete com Banana*, marca da carreira de Jackson do Pandeiro; *Esses Moços*, de Lupicínio Rodrigues; e *Saudosa Maloca*, de Adoniran Barbosa. Em aparte, a iniciativa de Ideli foi elogiada pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

PREVIDÊNCIA Senadores da oposição cobram do governo acordo com sindicalistas para votarem proposta

Líderes discutem hoje o futuro da emenda paralela

Após três reuniões ao longo do dia, inclusive com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, líderes partidários e sindicalistas pouco avançaram nas negociações sobre conteúdo e prazos de votação da emenda paralela da Previdência. Os partidos de oposição (PFL e PSDB) anunciaram que só aceitam votar a paralela com rapidez se houver acordo entre sindicalistas e governo. Os sindicalistas, após reunião com o ministro Berzoini, disseram que o governo não aceita ceder mais nada.

Os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL), e do PT, Tião Viana (AC), anunciaram que o encontro decisivo sobre o futuro da emenda paralela será hoje, às 9h30, com todos os lí-

deres dos partidos. O senador Paulo Paim (PT-RS), que participou de duas reuniões, afirmou que “o jogo precisa terminar empatado – sem vitória das oposições ou do governo. Para isso, todos têm que ceder”.

– O martelo será batido nesta quarta-feira. Acho que vamos chegar a um entendimento – analisou o senador Tião Viana, relator das duas emendas da Previdência.

Alguns pontos já estão garantidos na emenda paralela, conforme Viana, entre eles reajustes iguais para servidores públicos ativos e inativos.

O principal problema, no entendimento das oposições e dos sindicalistas, é a falta de garantia do governo de que a emenda paralela será mesmo



Célio Azevedo

ACORDO Tião Viana acredita que haverá entendimento sobre a proposta alternativa

votada na Câmara. A maior garantia dada até agora pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha, é a afirmação de que haverá boa vontade política de votar a emenda paralela.

ACM reafirma apoio a policiais civis e federais

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor da única emenda acatada pelo relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou em entrevista à Agência Senado que considera justo o pedido de outras categorias policiais para equiparação dos critérios de aposentadoria hoje aplicados aos policiais militares. A emenda de Antonio Carlos, aprovada semana passada no Plenário juntamente com o texto principal da reforma, suprimiu parágrafo do parecer do relator para manter na Constituição a possibilidade do benefício da contagem em dobro do tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

– A emenda fez justiça aos policiais militares e abre mar-

gem a que outras categorias, como os policiais civis, passem a ter esse direito. Acho que, ao final, todos vão ganhar os benefícios – ressaltou o senador. Ele considera que a proposta paralela da reforma da Previdência tem condições de sanar o problema.

Já existe uma emenda à PEC paralela, lembrou, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), sugerida pelo Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia do Rio Grande do Sul, prevendo que os policiais devem se aposentar, compulsoriamente, aos 60 anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

A possibilidade de contagem diferenciada do tempo de serviço para fins de aposentadoria já é conferida aos servi-

dores das Forças Armadas. O artigo constitucional mantido pela emenda permitirá que possa ser contado em dobro, para efeito de aposentadoria, o tempo que o policial militar dedicar a atividades em campo ou nas ruas. Esse dispositivo não beneficia, no entanto, policiais civis e federais, e é motivo de reivindicações desses servidores.

Para o presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis, Jânio Bosco Gandra, o ideal, para que policiais civis não sejam prejudicados, é que o Congresso regulamente a legislação atualmente aplicada para aposentadoria nos estados, para evitar que governadores adotem ao próprio alvitre critérios distintos de aposentadorias para essas categorias.

Jone de Araújo



Indicado para embaixada nos EUA visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o embaixador Roberto Abdenur, indicado para a embaixada do Brasil em Washington e cuja sabatina deverá ser brevemente marcada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O embaixador lembrou que em 1989 foi designado por Sarney para Pequim. Atualmente, ele chefia a chancelaria na Áustria.

Márcia Kallme



Tuma é eleito o presidente da CPI do Desmanche

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) – foto – foi eleito ontem presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Desmanche de Automóveis. A CPI foi criada para apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores, recuperadores de veículos e oficinas de desmanche em relação a carros roubados e dados como perdidos, conforme denúncia da Rede Globo de Televisão. O deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR) será o relator.

REFORMAS

Fundo de Desenvolvimento Regional pode ser implantado já em 2004. José Jorge ataca a proposta tributária, enquanto Paulo Otávio oferece substitutivo. Hélio Costa elogia desempenho do governo

Cronograma dos pontos já acordados na reforma tributária

Os pontos em torno dos quais há acordo para votação da reforma tributária, anunciados pelos senadores Aloizio Mercadante e Romero Jucá, são os seguintes:

1) Fundo de Desenvolvimento Regional – pode ser implantado já em 2004, caso se defina que a guerra fiscal termine imediatamente. Se o Senado decidir manter o texto que veio da Câmara dos Deputados, o fundo fica para 2005 e será implantado junto com a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

2) Ficam prorrogadas por quatro anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

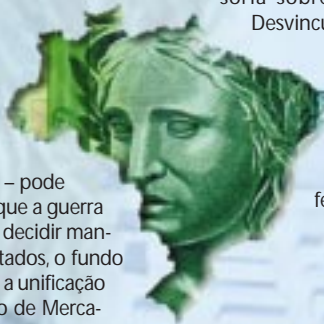
3) Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – será aumentado em R\$ 1 bilhão, passando dos atuais R\$ 22,5 bilhões para R\$ 23,5 bilhões, com liberação total em novembro (parcela única), para que os prefeitos tenham caixa para pagar o 13º salário.

4) Cide – a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico terá 25% de sua arrecadação repassada aos estados, que por sua vez destinam 25% aos municípios.

5) Uma lei complementar a ser votada no ano que vem vai garantir a redução da carga tributária, com base na relação desta com o Produto Interno Bruto. A redução vai depender do desempenho macroeconômico do país, a dívida pública etc.

6) Em 2005, será implantado um Cadastro Único de Contribuintes.

7) Em 2007, será implantado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unificará o ICMS, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Serviços (ISS).



Acordo define pontos básicos da tributária

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciaram que é possível a instituição, já em 2004, do Fundo de Desenvolvimento Regional, com um total de R\$ 2 bilhões, para que os governadores invistam em infra-estrutura, desde que a guerra fiscal acabe imediatamente.

– Os senadores vão decidir. A outra possibilidade é implantar o fundo em 2005 já com o ICMS unificado em cinco alíquotas, em vez das 44 que existem atualmente nos 27 estados da União – disse Mercadante.

O acordo em torno de alguns pontos básicos da reforma foi definido no fim da tarde de ontem, depois de uma reunião de mais de duas horas entre Mercadante e Jucá, e com a concordância dos representantes do PSDB, Tasso Jereissati (CE), e do PFL, Rodolpho Tourinho (BA). O adiamento para 2005 do fim da guerra fiscal e da implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional tem a preferência dos governadores, admitiu Mercadante. “Mas a decisão vai caber ao Senado”, disse.

Prorrogação

Ainda na primeira fase da reforma, seriam prorrogadas por mais quatro anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

– Por meio de uma nova pro-

posta de emenda à Constituição, no entanto, vamos estabelecer um cronograma para reduzir a CPMF da atual alíquota de 0,38% até 0,08%, com uma progressividade que ainda vamos analisar – explicou o líder do governo.

Conforme o acordo, a CPMF poderia tornar-se permanente, com fins meramente fiscalizatórios. Está definido ainda que uma lei complementar a ser votada no próximo ano vai reduzir a relação Produto Interno Bruto (PIB)/carga tributária, de acordo com o desempenho macroeconômico do país. Também será criado em 2004 o Fundo de Compensação das Exportações, com características ainda a serem definidas.

Na segunda fase da reforma, o Fundo de Participação dos Municípios seria aumentado em R\$ 1 bilhão (de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 23,5 bilhões) e haveria repasse em parcela única aos prefeitos todo mês de novembro, para garantir o pagamento do 13º salário. Os prefeitos também teriam direito a uma parte (25%) da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) repassada aos governadores (25% do total do tributo).

Ainda na segunda etapa da reforma tributária seria implantado o Cadastro Único do Contribuinte. Esse instrumento permitiria a instituição, em 2007, do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

JOSÉ JORGE

Proposta pífia só aumenta a arrecadação

No quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição nº 74/03, que estabelece alterações no sistema tributário nacional, o senador José Jorge (PFL-PE) declarou seu voto contrário à aprovação da matéria.

– Acho que essa é uma reforma tributária pífia, que servirá apenas para aumentar a arrecadação do governo federal, estimulando o desequilíbrio regional e de receita entre União, estados e municípios – sustentou o parlamentar.

Para José Jorge, uma reforma efetiva teria que diminuir o número de tributos, simplificar a legislação, facilitar as exportações, reduzir o desequilíbrio regional e a carga tributária. Em vez de viabilizar esses objetivos, a reforma estaria promovendo aumento dos impostos, disse.

Ele citou 13 pontos da proposição já aprovada pela Câmara dos Deputados que, a seu ver, estimulam o aumento da carga tributária.



PAULO OCTÁVIO

ques, com alíquota de 2% a 3% – o imposto-cidadão –, a ser cobrado em todas as operações bancárias.

Segundo ele, o projeto de reforma tributária em tramitação consegue desagradar a todos: setor produtivo, contribuintes, estados e municípios. Somente a União se beneficia com a atual proposta, destacou.

Paulo Otávio garantiu que a arrecadação federal não ficaria diminuída com o imposto-cidadão, “porque a base de cobrança desse imposto, eletrônico e insonegável, iria aumentar muito”. Ele lembrou que a Receita Federal estima que 50% das pessoas que deveriam pagar IR no Brasil não o fazem.

– Na verdade, somente o assalariado e o servidor público, descontados na fonte, pagam IR porque não podem sonegar.

Imposto sobre cheque evitaria a sonegação

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou proposta de substitutivo global à reforma tributária, para substituir dez tributos federais – entre eles o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o INSS patronal – por um imposto sobre che-

HÉLIO COSTA

Confiança no governo traz investimentos

Indicadores positivos da economia brasileira no governo Luiz Inácio Lula da Silva foram destacados ontem, em Plenário, pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG). Ele ressaltou também medidas tributárias de interesse da classe produtiva e do governo de Minas Gerais.

Conforme assinalou, a queda no risco Brasil para menos de 500 pontos; a valorização dos títulos brasileiros no exterior; a redução na taxa de juros, o superávit da balança comercial em R\$ 23 bilhões; a inflação abaixo de dois dígitos; e o retorno dos investimentos de



Fotos: Rosevelt Pinheiro

longo prazo ao país estão “nas manchetes de todos os jornais”.

– Isso ocorre porque existe confiança no governo – disse.

Hélio Costa discorreu sobre pontos da reforma tributária que interessam de perto a Minas Gerais, a exemplo do Fundo de Compensação das Exportações e do Fundo de Desenvolvimento Regional. E defendeu a repartição do imposto cobrado pela importação entre o estado de destino da mercadoria e o do desembarque.

REFORMAS

No quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta que altera a legislação tributária, senadores apontam a necessidade de garantir a redução de impostos para que o país volte a crescer

EDUARDO S. CAMPOS

Texto do governo já nasce comprometido pelo aumento da Cofins



Fotos: Roosevelt Pinheiro

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que a reforma tributária já nasce comprometida pelo aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%. Estabelecido por medida provisória (MP nº 135), o reajuste será um "golpe mortal no setor de serviços", que tem uma cadeia

produtiva curta, afirmou.

– Estados como Ceará e Bahia, modelares no setor de turismo, serão terrivelmente onerados – observou.

Para Eduardo Siqueira Campos, "está na hora de pensar no contribuinte, na desoneração da produção e na harmonia da distribuição de recursos". O senador ressaltou que ele pró-

prio, seu partido – o PSDB – e o PFL tinham compromissos com as reformas desde o governo anterior.

– Votamos a reforma da Previdência, embora assustados com a dureza de alguns pontos, mas tínhamos responsabilidade com o país, com o conserto das contas da Previdência – explicou o senador.

JORGE BORNHAUSEN

É preciso tirar os penduricalhos da proposta

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) conclamou o Senado a "desbastar" a proposta de reforma tributária dos "penduricalhos" que a Câmara dos Deputados teria acrescentado e que resultarão no aumento da carga tributária. É o caso, afirmou, do selo-pedágio, da manutenção da alíquota máxima da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da taxa de iluminação pública, além da majoração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em consequência da equalização das alíquotas.

Segundo Bornhausen, não houve visão estratégica por parte do governo para evitar a



multiplicação das competências da União e o desperdício de verbas. Por isso, assinalou, não haverá alívio da carga tributária sobre o contribuinte, nem será dinamizada a produção e a geração de empregos.

– A reforma tributária obedeceu a dois únicos objetivos do governo: arrecadar mais e diminuir o poder de decidir de estados e municípios, agigantando o poder da União. Assim, a Federação será extinta, o contribuinte massacrado, a produção comprometida. Será impossível a retomada do crescimento econômico – resumiu.



CÉSAR BORGES

atendendo à necessidade do governo de prorrogar a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e aprovar a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

– Não vejo nenhum segmento econômico ou político do país que esteja satisfeito com essa reforma. Só estão satisfeitos o FMI e o próprio governo.

Segundo César Borges, "uma reforma tributária verdadeira" deveria desonerar a produção, diminuindo a carga de impostos que incide sobre empresas e contribuintes. O senador lembrou o desemprego e a queda da renda dos trabalhadores, e declarou que somente a diminuição da carga tributária poderá gerar emprego e renda.

A reforma em discussão, analisou, não toca nas desigualdades econômicas regionais.

Só o governo e o FMI estão satisfeitos

O senador César Borges (PFL-BA) criticou a reforma tributária, encaminhada pelo governo, durante o quarto dia de discussão da proposta. Para o parlamentar, a reforma "não merece esse nome" e "frustra a sociedade brasileira". César Borges salientou que a reforma se resume a um "mero ajuste",

JOSÉ AGRIPINO

Ainda não há consenso em torno da matéria

Apesar das várias reuniões entre governistas e oposicionistas em busca de consenso em torno da proposta de reforma tributária, o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse que ainda não há qualquer acerto envolvendo a matéria. O parlamentar admite a disposição de seu partido em votar pela prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mas condiciona o apoio à concordância do governo em contemplar algumas medidas inseridas em proposta paralela, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Agripino lembrou que o PFL e o PSDB defendem uma reforma que simplifique e reduza a carga tributária, objetivos que não estariam presentes na proposta em discussão.

– A reforma tributária se impõe para fazer justiça à sociedade brasileira – afirmou.

O líder pefelista também defendeu a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e o reforço dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



LUIZ OTÁVIO

Fundo não compensa fim dos incentivos

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não podem abrir mão dos incentivos fiscais em troca do Fundo de Desenvolvimento Regional, como é sugerido pelo relator da proposta.

– Não há uma só indústria que tenha se instalado no Norte ou Nordeste sem incentivos fiscais. A parte que cada esta-

do vai receber do fundo é insignificante e não compensa as perdas que sofreremos com a proibição de novos incentivos.

Luiz Otávio deu o exemplo do Maranhão, estado que receberá do Fundo de Desenvolvimento Regional – pelos cálculos do senador José Sarney (PMDB-AP), informou – apenas R\$ 60 milhões mensais.

– A Ford, por exemplo, jamais se instalaria na Bahia se o estado não pudesse oferecer incentivos fiscais. É preciso que se diga que a renúncia fiscal não é permanente, mas pelo prazo de dez anos, e os benefícios em matéria de geração de empregos e crescimento econômico são inegáveis.

O senador frisou que há aspectos positivos na reforma tributária, entre eles o Fundo de Compensação das Exportações, que, afirmou, vai ser muito importante para o Pará.

ANTONIO CARLOS

Mudanças cairão no vazio se juros não baixarem

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que eventuais resultados da reforma tributária cairão no vazio se o governo não adotar medidas para baixar os juros cobrados pelo sistema financeiro. O senador referiu-se ao *spread*, diferença entre as taxas pagas aos investidores ou poupadores e aos tomadores de empréstimos.

Conforme o senador, analistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) consideram que não há transparência na fixação dos *spreads*. Segundo esses estudiosos, os bancos no Brasil têm baixa eficiência e não são competitivos – até porque,



constatou, poucas instituições controlam o mercado. Por isso, transferem sua ineficiência e comodismo para a população e empresas produtivas por meio de altas taxas.

Antonio Carlos lembrou projeto de sua autoria que dá competência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica no âmbito do sistema financeiro.

– Nada justifica que esse segmento não se submeta à fiscalização do Cade – concluiu.

País se organiza para coibir o turismo sexual

CPI da Exploração Sexual reúne membros do governo e de ONGs para discutir formas de solucionar o problema

Na segunda reunião sobre turismo sexual, realizada ontem pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, o chefe de gabinete do ministro do Turismo Walfrido Mares Guia, Sidney Alves da Costa, informou que estão em estudo novos critérios de classificação de hotéis, bares e restaurantes. Os estabelecimentos que adotarem quesitos inibidores da prática do

mercado do sexo poderão elevar suas pontuações.

Alves Costa disse ainda que o governo poderá incentivar investidores a empregar mão-de-obra local, quando de empreendimentos em regiões pobres, com maior risco de exploração sexual. Outra providência será implementar medidas para mudar a imagem do Brasil no exterior, como a apresentação de vídeo informativo da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em vôos internacionais, divulgando as belezas do país e alertando para os perigos do turismo sexual.

A CPI também ouviu Dilma Felizardo, diretora da Casa Renascer, entidade do Rio Grande do Norte que coordenou o

primeiro código de conduta brasileiro para coibir o turismo sexual. Dilma explicou como funciona esse código no seu estado, que engaja hotéis, bares, restaurantes e agências de turismo na obediência a determinados compromissos.

Esse código atende as normas de ética estabelecidas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e, segundo a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI, a experiência tem sido tão positiva que deve ser estendida ao resto do país.

A senadora deverá propor uma espécie de pacto envolvendo esferas de governo e representantes do setor para combater a prática do turismo sexual no próximo verão.



José Cruz

REVITALIZAÇÃO Projeto aprovado pelos senadores da CAE prevê a aplicação de recursos do BID na recuperação do centro da cidade

Aprovado empréstimo à prefeitura de São Paulo

A Prefeitura Municipal de São Paulo foi autorizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), operação de crédito no valor de US\$ 100,40 milhões para aplicação da área central da cidade. A CAE aprovou também o pedido de urgência na tramitação da matéria, que ainda será examinada em Plenário.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou parecer favorável ao empréstimo e destacou que os pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) trazem elogios ao projeto.

O único voto contrário foi do senador Almeida Lima (PDT-SE). Ele afirmou que votará contra proposições desse tipo até que o governo dê tratamento di-

ferenciado às regiões menos favorecidas, como o Nordeste.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), esse empréstimo será o último admitido em caráter excepcional ao teto de endividamento do município.

Impostos

Dois proposições relacionadas à atualização das tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física tiveram sua discussão adiada para a próxima reunião. O senador Geraldo Mesquita (PSB-AC) pediu vista do relatório apresentado pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Também foi concedida vista, a pedido de Ney Suassuna (PMDB-PB), do relatório de César Borges (PFL-BA) sobre isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nas compras de equipamentos destinados a portadores de deficiência visual e auditiva.



Célio Azenevedo

DIÁLOGO Parlamentares ouvem propostas do governo e experiências positivas da sociedade civil

Suplente diz que fez acordo com Saturnino

O 1º suplente do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), Carlos Lupi, afirmou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que Saturnino assinou acordo se comprometendo a dividir o mandato de oito anos, caso saísse vitorioso nas eleições de 1998 para o Senado. Ele explicou que metade do mandato caberia ao PSB, partido de Saturnino à época, e a outra metade ao PDT, partido de Lupi.

Em resposta a João Alberto (PMDB-MA), que questionou se o depoente dispunha de provas, Lupi entregou cópia de carta de Saturnino ao presidente do PDT, onde dá anuência ao acordo. Falando a Juvêncio da Fon-



ACUSAÇÃO Presidente do PDT, Brizola depõe no Conselho de Ética

seca (PDT-MS), Lupi admitiu que aceitou a proposta visando assumir quatro anos como senador. Para Demostenes Torres (PFL-GO), trata-se de "torpeza bilateral" dos envolvidos. Já Romeu Tuma (PFL-SP) considera ser esta uma questão ética e que deverá ser apurada.

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, que também prestou depoimento ontem ao Conselho de Ética, acusou o senador Saturnino de estar mentindo quando afirma ter sido coagido a assinar carta comprometendo-se a dividir seu mandato.

Senador sustenta que tese não tem respaldo jurídico

O senador Roberto Saturnino encaminhou defesa prévia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. No documento, Saturnino desqualifica a acusação, ao apontar para sua inconsistência jurídica e considerar descabido o debate.

Eleito com 2,4 milhões de votos, o senador apresenta parecer da Advocacia do Senado, segundo a qual a carta que ele teria assinado durante a campanha constitui "ato nulo de pleno direito", não produzindo efeitos. Ele também apresentou despacho do presidente do Senado, José Sarney, onde afirma que a denúncia não é passível de apreciação pelo Conse-



Roque de Sá

PRESSÃO Saturnino afirma ter sido coagido para aceitar acordo de divisão de mandato com o PDT

lho de Ética. O senador afirma que, "constrangido e coagido" pelo presidente do PDT, Leonel Brizola, assumiu o entendimento com seu suplente Carlos Lupi "dentro do espírito da coligação", que se desfez logo após a posse dos eleitos.

JOSÉ JORGE



Fórmula apresentada é uma evolução do Provão, responsável pela criação de uma cultura de avaliação do ensino superior

HÉLIO COSTA



A proposta vai premiar aqueles que investem, trazem os melhores professores e têm melhores bibliotecas e laboratórios

IDELI SALVATTI



O Protocolo de Compromissos é a grande inovação do Ides, e possibilitará o aperfeiçoamento do ensino superior do país

JOÃO CAPIBERIBE



Paralelamente ao Ides, é importante garantir autonomia orçamentária e financeira às instituições federais de ensino superior

EURÍPEDES CAMARGO



Falta às instituições universitárias brasileiras mais contato com a comunidade em que elas estão localizadas

GARIBALDI ALVES



A proliferação dos cursos de nível superior, cujo número dobrou entre 1998 e 2002, é preocupante

LÚCIA VÂNIA



O reconhecimento, pelo ministro, dos avanços implementados pelo governo anterior na área de educação merece elogio

Cristovam propõe índice para avaliar desenvolvimento do ensino superior

Novo método deve substituir o Provão. A proposta foi apresentada ontem à Comissão de Educação

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, apresentou ontem, em audiência pública na Comissão de Educação (CE), proposta de criação do Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior (Ides), destinado a avaliar os cursos universitários. Desenvolvido para substituir o Exame Nacional de Cursos, o Provão, o Ides será encaminhado em forma de projeto de lei ao Congresso e pretende obter diagnóstico completo dos cursos – não apenas, observou o ministro, um retrato momentâneo do desempenho dos alunos.

Cristovam explicou que serão aplicadas duas provas aos alunos: uma no primeiro ano do curso e outra no último. Assim, frisou, será possível avaliar o processo de ensino-aprendizagem em um período de três anos. O Ides ainda avaliará a capacidade da instituição no que diz respeito a bibliotecas, labo-

ratórios e formação de professores.

Também será medida, adiantou, a responsabilidade da universidade com a comunidade, ou seja, se há programas de ação afirmativa (como sistemas de cotas para negros ou alunos de escolas públicas) e tratamento respeitoso a deficientes físicos. A localização da universidade, de acordo com a região e o tamanho da cidade em que se encontra, será levada em consideração.

– O Provão era uma avaliação simplificada. E a simplicidade deforma porque passa uma idéia falsa. O objetivo é analisarmos o curso, não o aluno. Não é algo totalmente novo. É um salto na maneira de avaliar e orientar as instituições de ensino no Brasil.

Outra mudança, conforme o ministro, refere-se ao processo de classificação das instituições. Segundo ele, não há como comparar uma universidade como a de São Paulo (USP), com 70 anos e localizada na maior cidade da América do Sul, com uma instituição nova em uma pequena cidade do interior da Amazônia. Portanto, afirmou, haverá comparações entre universidades de

grupos semelhantes.

Compromissos

Ao fim da avaliação, será elaborado um Protocolo de Compromissos, em que o gestor da universidade, a comunidade acadêmica e o Ministério da Educação estabelecerão caminhos possíveis para aperfeiçoamento dos cursos.

– Depois de sabermos o estado em que está a instituição é preciso saber o que fazer para ela melhorar. E vamos prender o doente se ele não tomar o remédio, ou seja, se a universidade não cumprir seus compromissos em três anos, ela pode até ser fechada ou ter o vestibular suspenso – advertiu.

Para evitar que o resultado da avaliação seja comprometido, já que alguns cursos treinam os alunos para o Provão, o ministro informou que a análise será feita por amostragem, ou seja, nem todos os alunos serão avaliados. Assim, disse, será possível ampliar a cobertura do exame e reduzir para um terço os gastos com o Provão, que em 2003 custou R\$ 25 milhões.

Cristovam esclareceu que quem quiser poderá continuar utilizando os índices medidos pelo Provão, que continuarão a ser oferecidos no Ides.

FÁTIMA CLEIDE



É necessário dar mais atenção às fundações privadas criadas para ajudar no financiamento das universidades públicas

EDUARDO AZEREDO



É preciso garantir o acesso aos recursos do Fust, para permitir a inclusão digital dos alunos

EFRAIM MORAIS



As universidades federais enfrentam dificuldades para pagamento de contas de luz e telefone, e até para a compra de papel higiênico

SÉRGIO CABRAL



O projeto que garante 40% das vagas das universidades federais a estudantes das redes públicas de ensino merece apoio

MÃO SANTA



O Ministério da Educação precisa liberar R\$ 60 mil para o hospital universitário da cidade de Teresina

OSMAR DIAS



A audiência com Cristovam Buarque não foi marcada antes porque a comissão estava em ritmo muito acelerado de trabalho



DEBATE Cristovam Buarque, ao lado de Osmar Dias (C) e Hélio Costa, foi ouvido ontem por senadores

▼ Compromisso com a sociedade será considerado

A nova sistemática de avaliação dos cursos superiores no Brasil, proposta pelo Ministério da Educação, deverá levar em conta quatro itens: qualidade do ensino (que leva em consideração o perfil do corpo docente); processo de aprendizagem (com a aplicação do Provão); capacidade institucional (com dados sobre estrutura física, bibliotecas, laboratórios e programas de pós-

graduação); e responsabilidade com a sociedade (que vai analisar o compromisso dos cursos na busca de solução de problemas socioeconômicos). Juntos, eles vão compor o Índice do Desenvolvimento do Ensino Superior (Ides), que será atribuído por curso e por instituição.

Pela sistemática, o Provão será um dos componentes do Ides, mas com uma novidade: será feito no final do

primeiro ano e no final do último ano do curso, e não apenas na conclusão, como é hoje.

Outra novidade do Ides é que, a cada avaliação, será assinado um protocolo de compromisso entre o ministério e a direção do curso e da instituição. O objetivo é garantir a superação das falhas, insuficiências e dificuldades identificadas pela avaliação.



FRUSTRAÇÃO Para Alvaro Dias, “espetáculo do crescimento” está ocorrendo às avessas

Alvaro Dias critica atuação do governo

Ao comentar a atuação do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, “para infortúnio dos brasileiros, estamos vendo o espetáculo do crescimento ocorrendo às avessas”.

Alvaro advertiu que, se o governo não invocar “a razão, o equilíbrio e a prudência”, além de procurar atrair investimentos, reduzir a taxa de juros e delinear uma política industrial, em vez do espetáculo do crescimento o país vai assistir “a uma ópera bufa”.

As críticas do senador também se dirigiram às relações da administração petista com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Alvaro alertou que, se o processo for conduzido para atender aos interesses do Fundo, pode aprofundar a crise social do país.

– O FMI asfixia a economia da nação – disse, salientando que o desemprego cresceu 21,7% nos primeiros oito meses de 2003, e o Produto Interno Bruto recuou 10,9% no terceiro trimestre do ano.

Para o senador Alvaro Dias, “embora o discurso do governo seja otimista em relação à recuperação da economia, esse sentimento não contagia a população”. Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o governo.



Virgílio não vê condições para crescimento do país

■ Ele diz que baixo investimento, tributos altos e pouca exportação impedem Brasil de crescer

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem, que o governo “não terá condições de dar sustentabilidade ao crescimento da economia brasileira em 2005 e 2006. Ele mencionou a baixa taxa de investimento, o pequeno peso das exportações em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e a alta carga tributária, “que não lhe permite sonhar com desenvolvimento sustentado”.

Afirmando que seu partido vai tomar a defesa do contribuinte, o parlamentar observou que este já responde por uma carga tributária de 36% do PIB, e que será aumentada em um ou dois pontos percentuais com a aprovação da reforma



Foto: Rosewell Pinheiro

EXPECTATIVA Equipe econômica não deve prometer “mar de rosas”, alerta Arthur Virgílio

tributária como está.

Virgílio fez uma advertência ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que prometeu o crescimento sustentado da economia. “Quem segura a barra da equipe econômica não deve prometer um mar de rosas, não deve garantir a sustentabilidade que não está, na verdade, conformada no quadro econômico”, disse.

Ele defendeu o substitutivo à

reforma tributária apresentado pelo PSDB e PFL. Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que a reforma deve visar o crescimento da economia e aliviar a carga tributária. Já o senador João Tenório (PSDB-AL) lembrou que a idéia inicial era desonerar a economia.

Em outro pronunciamento, Arthur Virgílio defendeu o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acusado pela Procuradoria Geral de Minas Gerais de improbidade administrativa por fato ocorrido à época em que foi governador. Ele informou que Azeredo apresentou protocolo à Procuradoria para que prestasse antes qualquer esclarecimento, “mas não foi ouvido”.

– O senador Eduardo Azeredo é um homem honrado, indignado por ver sua honra ser ferida deste jeito. Ele quer se defender, quer pressa no julgamento, para que não restem dúvidas sobre sua conduta – afirmou.



EXCESSO José Jorge atacou denúncia do deputado sobre chácara de Maurício Corrêa

José Jorge quer processo contra Chico Vigilante

Falando em nome de seu partido, o PFL, o senador José Jorge (PE) pediu a instauração de processo, na Comissão de Ética do PT, contra o deputado distrital Chico Vigilante (PT) em função da denúncia que apresentou, na Delegacia Regional do Trabalho, contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa.

– Não cabe a um deputado distrital apresentar denúncias em nível nacional da política, instando um delegado do Trabalho a invadir uma propriedade particular com três viaturas e cinco funcionários munidos de máquinas fotográficas. O delegado deve seguir ordens do ministro do Trabalho e pedir autorização judicial para fazer vistorias. Não pode seguir ordens de um mero deputado distrital. É preciso demitir o delegado por abuso de poder.

Segundo José Jorge, o STF já apresentou nota oficial explicando que o ministro Maurício Corrêa raramente vai à chácara, tendo somente um empregado, em situação regular. Os demais trabalhadores que estavam no local são funcionários de uma empreiteira que está construindo uma capela na propriedade, explica a nota. Ele criticou o “caráter excessivamente partidário do governo do PT, que faz questão de nomear somente pessoas do partido”.

Para Valadares, redução do risco Brasil ajuda a retomada do desenvolvimento

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou, em Plenário, que a redução do risco Brasil reflete a política severa e austera do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para manter a estabilidade financeira e monetária e fazer o país ficar acreditado no exterior. Conforme observou, a taxa do risco país no mercado internacional, que chegou a 2.400 pontos no período anterior às eleições, está hoje em menos de 500 pontos.

Durante a quarta sessão de discussão da proposta de reforma tributária, o senador por



DESEMPENHO Valadares diz que estão lançadas as bases para aumento dos investimentos

Sergipe afirmou ainda que, com a diminuição do chamado risco país, estão lançadas as

condições para o aumento do investimento externo, necessário para que o país volte a crescer e gerar empregos. “Necessário porque a poupança interna é reduzida e limitada”, acrescentou.

Para Valadares, o Brasil caminha a passos largos para ser líder em desenvolvimento na América Latina. O parlamentar comentou os principais pontos da reforma tributária enviada pelo governo.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o tamanho do ministério do governo Lula, com 40 integrantes.

João Ribeiro pede ampliação de programa para aeroportos

Em pronunciamento ontem no Plenário, o senador João Ribeiro (PFL-TO) – foto – pediu a ampliação do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), a seu ver “uma das mais interessantes iniciativas para o desenvolvimento regional nos últimos anos”.

Desde 1995, o Profaa beneficiou 152 pequenos aeroportos e aeródromos de interesse municipal ou regional, em 25 estados brasileiros, informou. No Tocantins, receberam recursos do programa os municípios de Araguaçema, Araguaína, Araguaatins, Dianópolis, Gurupi e

Tocantinópolis.

João Ribeiro destacou que os recursos do programa, viabilizados a partir de convênios com o respectivo Comando Aéreo Regional (Comar), são utilizados na construção e ampliação de pistas de pousos e na aquisição e manutenção de

equipamentos de segurança no voo. Ele salientou que existem no Brasil 2 mil aeroportos e aeródromos, sendo 65 administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Ele foi apertado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes